

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2013/2014

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000276/2013
DATA DE REGISTRO NO MTE: 16/04/2013
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR009984/2013
NÚMERO DO PROCESSO: 46208.002319/2013-77
DATA DO PROTOCOLO: 19/03/2013

FEDERACAO EMPREGADOS TURISMO HOSPITALIDADE EST GO E TO,
CNPJ n. 37.014.321/0001-55, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a).
ROOSVELT DAGOBERTO SILVA;

E

SIND.EMP.DE COMPRA, VENDA, LOC.E ADM.IMOV.E DOS COND.HORIZ.,
VERT. E DE EDIF.RESID.E COM.NO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n.
02.581.395/0001-99, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARCELO
BAIOCCHI CARNEIRO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as
condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de
1º de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2014 e a data-base da categoria em 1º de
fevereiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **empregados
em Turismo e Hospitalidade nos Estados de Goiás e Tocantins**, com abrangência
territorial em **Rio Quente/GO**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO (PISO SALARIAL)

É assegurado ao empregado da categoria, representado pelo Sindicato Profissional,
com vigência a partir de 1º de março de 2013, um piso salarial fixado por plano de
cargos e salários, nos seguintes termos:

QUADRO DE CARGOS E SALÁRIOS

QUADRO DE CARGOS E SALÁRIOS		
NÍVEL	CARGO	SALÁRIO
1º Nível	Faxineiro, Jardineiro, Piscineiro, Serviços Gerais	R\$ 719,40

2º Nível	Ascensorista, Auxiliar de Escritório, Camareiro, Garagista, Guarda, Mensageiro, Porteiro, Vigia	R\$ 757,66
3º Nível	Recepcionista	R\$ 799,63
4º Nível	Auxiliar Administrativo, Governanta, Manutencionista	R\$ 841,60
5º Nível	Gerente Administrativo, Zelador	R\$ 883,60

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Ao empregado que receber salário superior ao piso salarial da categoria será concedido um reajuste salarial de 6,5% (seis e meio por cento) sobre o salário-base mensal vigente no mês de dezembro de 2012, devendo a correção ter efeitos para pagamento somente a partir de 1º de março de 2013.

Parágrafo Único: As antecipações de reajustes salariais concedidos espontaneamente pelos empregadores no período poderão ser compensadas para efeito do reajuste salarial.

CLÁUSULA QUINTA - GARANTIAS SALARIAIS

O reajuste salarial decorrente desta Convenção Coletiva de Trabalho não poderá, em nenhuma hipótese, ser motivo para redução ou suspensão de adicionais, gratificações, percentuais, prêmios, quotas ou vantagens que vinham sendo pagas ao empregado.

CLÁUSULA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Fica instituída na presente Convenção Coletiva de Trabalho a Contribuição Assistencial Patronal, que será exigida de toda categoria patronal, independente do número de empregados, sendo o Condômino associado ou não, cujo valor foi deliberado em Assembléia Geral Ordinária do Sindicato Patronal, realizada em 27 de novembro de 2012, por força do dispositivo do artigo 613, inciso VII, da CLT, sendo seu valor estipulado em R\$: 264,29 (Duzentos e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos).

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SÉTIMA - CONTRACHEQUE OU RECIBO DE PAGAMENTO DE SALÁRIO

Fica o empregador obrigado a fornecer, mensalmente, um contracheque ou um recibo de pagamento de salário a seus empregados, especificando todas as verbas salariais percebidas e os respectivos descontos, que compõem a remuneração / vencimentos do empregado.

CLÁUSULA OITAVA - GARANTIA DO EMPREGO AO EMPREGADO EM FASE DE PEDIDO DE APOSENTADORIA

Defere-se a garantia do emprego durante os 12 (doze) meses que antecedem a data que o empregado adquirirá o direito ao pedido de aposentadoria voluntária, desde que conte pelo ao menos com 02 (dois) anos de serviços prestados ao mesmo empregador.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA NONA - HORAS-EXTRAS

Fica assegurada à remuneração do serviço extraordinário um adicional de 60% (sessenta por cento) sobre o valor da hora normal, qualquer que seja o total de horas trabalhadas em serviço extraordinário previsto no "caput" do artigo 59 da CLT.

Parágrafo único - Os cálculos de qualquer parcela salarial, como férias, 13º salário, indenização e outras do empregado serão feitos pela média dos últimos 12 (doze) meses, aplicando-se posteriormente seus reflexos legais

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA - TRIÊNIO E QUINQUENIO

Fica concedido um adicional de 3% (três por cento) sobre o salário-base mensal do empregado a título de triênio, ao empregado que completar 03 (três) anos de serviços prestados ao empregador e um adicional de 5% (cinco por cento) sobre o salário-base mensal do empregado a título de quinquênio, ao empregado que completar 05 (cinco) anos de serviços prestados ao empregador, não sendo os adicionais cumulativos.

Prêmios

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GRATIFICAÇÃO / PRÊMIO ASSIDUIDADE

Ao funcionário que não contar com falta(s) no mês trabalhado, justificadas ou injustificadas, fica concedido o benefício da assiduidade no percentual de 6% a incidir sobre seu salário base.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica estabelecido que o benefício anteriormente pago pelos empregadores a título de produtividade será pago sob a sigla de Assiduidade, sem gerar, com isso, a cumulação de ambos os benefícios.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO

O empregador fornecerá ao empregado uma refeição a cada jornada de trabalho, almoço ou janta, não integrando esse benefício à remuneração do funcionário para qualquer fim.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORNECIMENTO DE LANCHE

Haverá a obrigatoriedade do fornecimento de um café da manhã por parte do empregador ao empregado, composto por café e pão com manteiga, no período da manhã.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SEGURO DE VIDA

Fica assegurado ao empregado um seguro de vida em grupo para cada Condomínio, sendo o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) o valor do seguro para cada empregado, a fim de cobrir os sinistros por morte natural ou acidental e invalidez permanente decorrente de acidente ou doença, cujo benefício será totalmente custeado pelo empregador.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA

O empregador prestará assistência jurídica ao empregado que estiver no exercício da função de guarda/vigia, durante a sua jornada de trabalho e atuar em defesa do legítimo direito, interesse e patrimônio do empregador e que, por via de consequência, incidir em prática de atos que o leve a responder a uma ação penal.

Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ANOTAÇÃO NA CARTEIRA DE TRABALHO

As anotações na Carteira de Trabalho e da Previdência Social do empregado deverão ocorrer dentro do prazo previsto na legislação pertinente à matéria, com a devolução pelo empregador da Carteira de Trabalho e da Previdência Social do empregado dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização das devidas anotações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RETENÇÃO DA CARTEIRA DE TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Quando houver retenção da Carteira de Trabalho e da Previdência Social do

empregado por mais de 05 (cinco) dias por parte do empregador, este estará obrigado a pagar uma multa diária em favor do empregado, a partir do 6º (sexto) dia, no importe de 1/30 avos do piso salarial da categoria até o limite de um salário, tomando-se por base o cargo/função exercido pelo empregado.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - GARANTIAS NA RESCISÃO CONTRATUAL

O sindicato laboral se obriga a homologar as rescisões de contrato de trabalho de acordo com a Legislação pertinente à matéria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão do contrato de trabalho será homologada mediante apresentação dos comprovantes de pagamento das contribuições sindicais (patronal e laboral) conforme art. 579 da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se ocorrer rescisão contratual no período de 30 dias que antecede à data-base, observado o enunciado 182 do TST, o pagamento das verbas rescisórias com salário já reajustado não afasta o direito à indenização adicional prevista nas Leis nº. 6.708/79 e 7.238/84.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - GARANTIAS A RESCISÃO CONTRATUAL (CONTRATO DE TRABALHO INFERIOR A 01 ANO)

A rescisão do contrato de trabalho com período inferior a 01 (um) ano poderá ter a assistência do Sindicato Profissional, observando-se os preceitos da cláusula décima nona.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA - AVISO PRÉVIO

O empregador, quando tiver dado aviso prévio ao empregado, caso o empregado comprove no curso do cumprimento do aviso prévio a obtenção de novo emprego, fica obrigado a dispensá-lo do restante do cumprimento do aviso prévio, sem ônus para ambas as partes.

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - COMPARECIMENTO OBRIGATÓRIO EM CURSOS, PALESTRAS E REUNIÕES

Fica estabelecido que, quando se fizer necessário a obrigatoriedade do comparecimento do empregado em conferência, congresso, curso/treinamento, palestra, reunião, estes deverão ocorrer ou serem realizados durante a jornada de trabalho do empregado, ou, caso contrário, se estes ocorrerem ou forem realizados fora da jornada de trabalho do empregado, as horas despendidas nestes eventos deverão ser incluídas no banco de horas ou pagas como hora extra ou extraordinária (Ac. TST/Pleno 1449/82-RO-Dec 85/82 em 31/08/92).

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE DA EMPREGADA GESTANTE

Fica assegurada a estabilidade de 45 (quarenta e cinco) dias à empregada gestante, a contar do término do benefício previdenciário previsto em Lei, não cumulativo com a estabilidade prevista pelo art. 10, inc. II, alínea b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS

Fica facultado ao empregador, que estiver abrangido por este instrumento, a criação do "BANCO DE HORAS", nos termos da Lei de nº. 9.601/98, sendo vedada a sua aplicação aos funcionários que cumprem jornada 12hx36h.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FALTA AO SERVIÇO

O atestado médico ou odontológico supre a falta do empregado, garantindo o abono, devidamente comprovada à impossibilidade/incapacidade para o trabalho, desde que apresentado no prazo de 03 (três) dias consecutivos após o afastamento do funcionário, contendo carimbo do profissional (CRM/CRO).

Parágrafo Único - As despesas com exame médico periódico e obrigatório previstos pela portaria de nº. 3.214/78 correrão exclusivamente por conta do empregador.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - SISTEMA 12HX36H

Caso seja do interesse do empregador e do empregado, poderá ser adotada a jornada de trabalho ininterrupto de 12 (doze) horas por 36 (trinta e seis) horas, não podendo a carga horária mensal ultrapassar a 180 (Cento e oitenta) horas. As horas que ultrapassarem a jornada diária, ou mensal, aqui estipuladas serão devidas como horas extras, com adicional de 60% (sessenta por cento) sobre o valor da hora excedente, isso nos casos dos meses de 31 (trinta e um) dias, em que o empregado trabalha por 16 (dezesseis) dias, sendo vedado o trabalho em sobrejornada, com exceção dos trabalhadores que desenvolvem trabalho noturno e percebem horas extras em razão da hora noturna reduzida.

PARAGRÁFO ÚNICO - A indenização do intervalo intrajornada não gozado pelos trabalhadores do regime de revezamento 12x36 horas será realizada da seguinte forma:

I - Com base no artigo 7º, inciso XIII da CF/88, fica facultado aos empregadores manterem o regime de compensação de jornada de horário na seguinte condição: 12x36, ou seja, 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) de descanso, durante até 04 (quatro) dias alternados na semana.

II - O empregado poderá cumprir jornada de 12 (doze) horas de trabalho com folga de 36 (trinta e seis) horas, eis que conforme deliberação unânime dos trabalhadores em assembleia geral esse descanso (36 horas) é suficiente para recompor possível desgaste, e havendo a impossibilidade de gozo do intervalo, o empregado fará jus nos termos do artigo 71, § 4º da CLT a indenização com acréscimo mínimo de 50% sobre a hora normal de trabalho.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - EMPREGADO ESTUDANTE

Fica proibida a prorrogação da jornada de trabalho do empregado comprovadamente estudante, desde que a prorrogação da jornada de trabalho atinja o horário escolar ou o tempo necessário para chegar à escola.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ABONO DE FALTA DO EMPREGADO ESTUDANTE

O empregado que se submeter a exame vestibular ou supletivo terá abonado ao trabalho nos dias de realização destes exames, desde que comprove o comparecimento aos exames e avise o empregador com antecedência mínima de 02 (dois) dias.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - JORNADA DE TRABALHO SEM INTERVALO

Fica instituída a jornada de trabalho de 06 (seis) horas, para o empregado que cumprir jornada de trabalho diária sem intervalo ou 36 (trinta e seis) horas de trabalho semanal, qualquer que seja o período laborado ou função, sendo vedada a

extrapolação da jornada.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DIA DO EMPREGADO DE CONDOMÍNIO

Fica instituída a data de 29 (vinte e nove) de junho, como de comemoração ao Dia do Empregado de Condomínios, considerando-se esta data como dia comemorativo da categoria, e as horas efetivamente trabalhadas deverão ser remuneradas com adicional de 60% (sessenta por cento).

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - UNIFORME

Quando o empregador exigir o uso de uniforme, com ou sem logotipo, fornecerá ao empregado, no mínimo 02 (dois) conjunto de uniformes por ano, gratuitamente, tendo como referência para substituição dos uniformes a data da entrega dos anteriores.

Acompanhamento de Acidentado e/ou Portador de Doença Profissional

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - TRATAMENTO DE SAÚDE DE FILHO

Fica garantido ao empregado, no caso de acompanhamento de filho com até 14 (quatorze) anos de idade ou inválido a consulta médica ou tratamento de saúde, o abono de falta de até 01 (um) dia por mês, mediante comprovação de comparecimento por declaração do médico devidamente habilitado, com a apresentação ao empregador no prazo de até 03 (três) dias consecutivos após o acompanhamento.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ACESSO DOS DIRIGENTES/REPRESENTANTES SINDICAIS

O empregador permitirá que os dirigentes sindicais e assessores credenciados, tenham acesso às dependências de sua sede ou filial, sendo o local e o horário previamente

combinado entre o Sindicato Profissional e o empregador, para promover filiações e recolher mensalidades dos associados, bem como, entregar jornais e/ou boletins periódicos e realizar outras atividades sindicais.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

Fica fixada a obrigatoriedade do empregador em enviar ao Sindicato Profissional a relação de empregados abrangidos pelo desconto da contribuição assistencial e da mensalidade, prevista na Convenção Coletiva de Trabalho, com os respectivos dados de cada empregado, ou seja, nome, função, data de admissão, salário-base mensal e descontos até o 15º (décimo quinto) dia dos meses de junho e dezembro

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

O empregador se obriga ao recolhimento mensal ao Sindicato Profissional da contribuição associativa descontada do empregado associado ao Sindicato, sendo que o repasse por parte do empregador deverá ser feito até o 10º (décimo) dia do mês subsequente do desconto, sob pena de incorrer no pagamento da correção monetária, dos juros de mora no percentual instituído pela lei e da multa de 10% (dez por cento) sobre o montante retido.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL

O empregador descontará na folha de pagamento de todos os empregados, por ter sido aprovado na Assembléia Geral da Categoria Profissional, independente de sindicalização, a contribuição assistencial correspondente a 04% (quatro por cento) da remuneração do empregado, que será repassada ao Sindicato Profissional através de guia própria, até o prazo máximo do 10º (décimo) dia do mês de junho e dezembro, sob pena de incorrer no pagamento da correção monetária, dos juros de mora no percentual instituído pela lei e da multa de 10% (dez por cento) sobre o montante retido, conforme estabelece o artigo 513, alínea E da CLT, garantido o exercício do direito de oposição por parte dos empregados não filiados ao Sindicato, devendo este se manifestar individualmente na sede do Sindicato Profissional após cada parcela da contribuição assistencial ser descontada, conforme Recomendação de Nº 01/2007, PRT 18º Região IC 729/2004 do Ministério Público do Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O desconto será feito no primeiro mês subsequente, quando se tratar de empregado admitido após o mês de maio ou de novembro, ou que não esteja recebendo salário na data dos descontos, cujo repasse obedecerá à mesma forma do caput da cláusula quadragésima sétima.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Após o pagamento, o empregador deverá remeter uma das vias da guia, com autenticação mecânica do agente arrecadador, ao Sindicato

Profissional, que em seguida procederá à devida anotação de quitação em relação ao empregador

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CONVÊNIO

Fica acordado que a partir desta Convenção Coletiva de Trabalho, o empregado poderá optar por livre adesão, aos convênios estabelecidos pelo Sindicato Laboral, sendo que poderá ou não haver participação do empregador, em acordo com os interesses de cada um, limitando-se em conformidade com a lei ao valor máximo de descontos em 20% (vinte por cento) do salário do empregado inscrito.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ACORDO COLETIVO

Faculta-se às partes convenientes, celebrarem acordos coletivos complementares a presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

Atendendo à exigência do artigo 613, inciso VIII, da CLT, fica acordado que em caso de violação e/ou não cumprimento de qualquer uma das cláusulas em obrigação de fazer pelas partes signatárias, incidirá a parte faltosa, por cada violação, em multa equivalente a 05 (cinco por cento) do piso salarial da função exercida pelo empregado, revertida ao empregado prejudicado.

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - QUITAÇÃO NA RESCISÃO CONTRATUAL

Toda e qualquer rescisão do contrato de trabalho do empregado integrante e representado pelo Sindicato Profissional, poderá ter sua quitação apresentada, para homologação, na Entidade Sindical Profissional, independente da duração do contrato de trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Fica pactuado que as partes convenientes, após realização de estudos relativos às cláusulas sociais e jurídicas, poderão fazer aditivos a esta Convenção Coletiva de Trabalho, atendendo às necessidades de aperfeiçoamento da relação capital/trabalho.

E, por assim estarem acordados, as partes firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho em 03 (três) vias de igual teor, afim de que produza os efeitos jurídicos e legais, devendo ser arquivada na Superintendência Regional do Trabalho, uma vez comprovada como atendidas as exigências do artigo 613, da CLT, em todos os seus incisos.

ROOSVELT DAGOBERTO SILVA

Presidente

FEDERACAO EMPREGADOS TURISMO HOSPITALIDADE EST GO E TO

MARCELO BAIOCCHI CARNEIRO

Presidente

**SIND.EMP.DE COMPRA, VENDA, LOC.E ADM.IMOV.E DOS COND.HORIZ.,
VERT. E DE EDIF.RESID.E COM.NO ESTADO DE GOIAS**

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .